

"Todos nós esquecemos de contar ao presidente."

Francisco Gros, presidente da Petrobras, ontem no Rio, explicando confusão envolvendo o anúncio de reajuste de 2,2% no preço do combustível em 15/2, e suspensão horas depois pelo presidente FHC.

De volta às metas sociais



MARCELO
CÔRTE
NERI

A política macroeconômica brasileira tem sido bem sucedida no controle da inflação. Uma parte não desprezível desse sucesso deve-se a uma atitude pragmática voltada para objetivos palpáveis. A adoção de metas inflacionárias desempenha hoje um papel fundamental nesse processo. Em primeiro lugar, coordenando a formulação de políticas públicas dentro do próprio estado. Em segundo lugar, sinalizando à sociedade sobre as prioridades da ação governamental. Estes compromissos transmitem tranquilidade aos formadores de preços do lado real da economia e aos mercados financeiros. Os potenciais benefícios de um ambiente econômico bem informado não devem ser subestimados. Entretanto, a maior consistência macroeconômica obtida tem encontra-

do pouca ressonância entre os brasileiros. O cidadão comum, ao contrário dos mercados, se sensibiliza menos com déficits financeiros do que com o resgate da sua parcela na dívida social.

O debate social travado nos últimos sete anos entre governo federal e seus críticos tem se centrado, lado a lado, nos benefícios proporcionados pela baixa inflação vis-à-vis aos custos do desemprego. Como se a questão social se restringisse ao tradicional dilema macroeconômico de escolha entre inflação e desemprego. A resolução destes problemas, não garantiria a conquista do desenvolvimento humano sustentável. É preciso distinguir condições necessárias das suficientes.

Voltamos aqui, mais uma vez, à defesa da adoção de um sistema de metas sociais explícitas. Não apenas como um mecanismo de controle gerencial de programas específicos, ou como parte integrante de acordos internacionais pouco conhecidos domesticamente. A idéia é que governos, em geral, e sociedade se comprometam com a trajetória futura de indicadores sociais. A semelhança de como o Banco Central faz em relação às

metas inflacionárias. É necessário proporcionar maior racionalidade ao debate travado cotidianamente pelos diversos níveis de governo com a sociedade, explicitando restrições orçamentárias e prioridades sociais. Uma das maiores falhas observadas no campo social está na insuficiência de mecanismos de diálogo.

As metas sociais procuram colocar a performance social no topo das prioridades nacionais perseguidas. O diagnóstico é que os níveis de renda e de gastos sociais observados hoje no Brasil permitem uma melhora sustentável das condições de vida da população. Na verdade, esta percepção não é nova. Josué de Castro disse nos anos 40: "O mundo dispõe hoje de recursos e tecnologia suficientes para que a fome fosse totalmente erradicada do planeta". Se isso era verdade há sessenta anos atrás é muito mais verdadeiro hoje, no Brasil. Entretanto, a obtenção de uma distribuição mais equânime dos recursos depende, por sua vez, de uma abordagem mais focada e agressiva sobre as carências sociais. O papel das metas sociais é disciplinar, justificar e motivar a ação pública.

Os bons resultados sociais não são bai-

xados por decreto, mas são construídos em conjunto pelos diversos atores sociais envolvidos no processo. O novo modelo de gestão social se complexificou com a descentralização promovida pela Constituição de 1988 e com a crescente atuação social de empresas privadas e do terceiro setor. Cabe ao estado atuar no tecido social como animador e coordena-

As metas visam proporcionar uma maior racionalidade ao debate social, explicitando restrições orçamentárias e prioridades elegidas

dor de ações. A nossa experiência recente com metas de consumo de energia elétrica é elucidadora da importância de se explicitar objetivos palpáveis.

As metas sociais visam nortear a ação pública permitindo comparar diretamente os impactos de programas sociais e de políticas macroeconômicas diversos sobre o bem estar da população. Busca-se, dessa forma, aumentar a progres-

sividade e a durabilidade dos benefícios da política social. O alongamento das ações voltadas para os pobres, dissociadas de ciclos eleitorais, e a consecução de maior coordenação e racionalidade social ao debate constituem alguns efeitos do sistema de metas proposto.

A avaliação da eficácia das nossas políticas sociais carece de parâmetros. Ao conferir um peso maior às ações voltadas para os pobres, as metas sociais conciliam o atendimento aos mais necessitados com economias do lado fiscal. O pobre genuíno é barato. Caro é devotar aos segmentos altos da sociedade que se julgam médios, o grosso dos recursos sociais disponíveis que, a princípio, deveriam se voltar para a classe baixa. A redução desta distorção frequentemente observada na aplicação de recursos públicos constitui talvez o principal ganho proporcionado por um sistema de metas sociais.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br